

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS - 2007**

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Examinador: Desembargador Geraldo Augusto de Almeida

ORIENTAÇÕES

- 1) As respostas **não** precisarão ser dadas em formato de sentença. Procure responder de forma clara, objetiva e sucinta.
- 2) **Não** será necessária a transcrição de artigos de lei, bastando a sua menção.
- 3) As respostas serão apreciadas, também, quanto à correção e adequação da linguagem, clareza, objetividade, conteúdo e forma de exposição.
- 4) **Não** devem ser consideradas hipóteses não ventiladas nas questões.

Questão nº 1

Luiza ingressou com medida cautelar de separação de corpos contra seu marido Caetano, o que foi deferido em liminar, efetivada, tendo o feito regular prosseguimento, na forma legal. Por ocasião de sua manifestação final, em parecer, o dr. Promotor de Justiça argüiu, preliminarmente, a imposição processual da extinção da cautelar, sem julgamento de mérito, tendo-a por caduca, porque não proposta a ação principal no prazo legal e, também, porque não foi dado valor à causa. Argumentou, em resumo, que a medida cautelar é, por natureza, procedimento preparatório, essencialmente temporário e provisório, nascendo sem o cunho da definitividade, pois visa a servir à solução prática e eficiente da ação principal. Nesta, sim, a decisão se torna definitiva. A parte não pode eternizar a medida cautelar que obteve antes mesmo de propor a ação principal. Acrescenta que, na forma legal processual, a toda causa deve ser atribuído valor.

Como julgador(a), decida a questão preliminar argüida, fundamentando.

Questão nº 2

Inversão do ônus da prova – Momento processual de sua decretação – Juizado Especial Cível – Código de Processo Civil.

Disserte sobre o tema e apresente também as razões de seu posicionamento.

Questão nº 3

Diego ingressou com pedido cautelar de sustação de protesto de título, oferecendo, como caução e para o fim de obtenção da liminar, um veículo Quantum GLS, ano 1989; o que foi aceito, mediante termo próprio, e deferida a liminar. Posteriormente, tendo sido vencido, tanto na ação principal posterior de anulação do título, quanto na cautelar, ambas com sentença transitada em julgado, Diego pleiteou a liberação do veículo dado em caução. Entretanto, Felipe, credor do título e vencedor nas ações, impugnou o pedido, argumentando, em resumo, que a caução deve prosseguir e se manter até o efetivo pagamento do título.

Como Julgador(a), decida a questão, fundamentando.

Questão nº 4

Em ação de interdição, com pedido antecipado de curatela ao interdito, seguindo o feito, designada perícia e esta realizada, foi determinada a intimação do requerente para sua manifestação sobre o laudo em dez dias. Não houve resposta, embora repetida a intimação. Com a permanência da inércia, pelo digno representante do Ministério Público, com vista, foi requerida a intimação do requerente, desta vez, específica, na forma do parágrafo 1º do art. 267 do CPC.

Como Julgador(a), decida a questão, nas circunstâncias acima, fundamentando.

Questão nº 5

- Decisão liminar – na cautelar genérica – na tutela antecipada – nas ações possessórias.

(Dissertação).